



**ATA DA 3ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CAU/CE, REALIZADA  
EM 29 DE OUTUBRO DE 2020.**

Aos vinte nove dias do mês de outubro de 2020, às 10h, reuniu-se o Plenário do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE**, virtualmente, de acordo com a Portaria nº 07/2020/PRES/CAUCE, através do aplicativo Microsoft Teams, sob a presidência de Napoleão Ferreira da Silva Neto, com os **conselheiros**: Jéssica Chaves, Rebeca Gaspar, Lucas Rozzoline, Denise Sá e Rodrigo Ponce de Leon. **I. Abertura:** O presidente Napoleão Ferreira, às 10h, iniciou a Reunião Plenária Extraordinária nº 003. **II. Verificação da pauta:** O presidente verificou se havia quórum e leu a pauta para os presentes. **III. Plano de Ação e Orçamento 2021:** O presidente Napoleão deu a palavra a contadora Emanuely. A contadora apresentou o Plano de Ação e Orçamento para 2021. Ela informou que enviou as planilhas com o Plano de Ação a todos os conselheiros. A contadora disse que no orçamento tem todas as estimativas de receitas e fixação de despesas, além dos projetos e atividades que estão previstos para o ano seguinte. O orçamento está contido no Plano de Ação. O assessor de planejamento falou sobre os objetivos do Plano que devem ser respeitados seus limites, ou seja, os percentuais mínimos e máximos exigidos para aplicação de recursos. A contadora informou que a previsão de receita de arrecadação total para 2021 é de R\$ 1.901.167,79, ela frisou que é uma receita muito baixa. A gerente geral disse que esse quadro pode mudar de acordo com a arrecadação de 2021, pode ser para mais ou para menos. A contadora apresentou a tabela com o quadro de funcionários e o gasto com a folha de pessoal. Ela expôs que há mais funcionários em cargos comissionados que não são efetivos do que concursados exercendo cargos em comissão como a Lei 8.460 prevê. O assessor jurídico argumentou que discorda da contadora. Ele falou que qualquer função exercida pelo concursado em cargo comissionado mesmo sem receber gratificação conta na distribuição de comissionamento. A contadora Emanuely disse que tem apenas três funcionários efetivos exercendo cargo em comissão, enquanto há cinco funcionários comissionados sem ser efetivos exercendo outros cargos de comissão. Ela argumentou que pela Lei o CAU/CE não está atingindo o limite de 50% de cargos comissionados para efetivos. O assessor jurídico afirma que o CAU/CE está agindo dentro da lei. O assessor jurídico disse que a contadora também recebia uma gratificação, a contadora respondeu que ela nunca recebeu gratificação por nenhum cargo. O assessor de planejamento informou que o CAU/CE tem menos funcionários efetivos em cargos comissionados e que não atinge o percentual exigido em lei, mesmo contando com a fiscal Sarah Bastos que é coordenadora do núcleo de fiscalização e que não recebe gratificação por essa função. A conselheira Rebeca Gaspar fez uma sugestão de elaboração de um memorando resumindo essas duas teses para que os conselheiros entendam melhor essa situação. A contadora Emanuely apresentou os cenários do Plano de Ação e Orçamento para 2021, a proposta passou pela COPAF e foi aprovada. A contadora informou que essa proposta pode ser modificada e que os conselheiros podem sugerir e analisar novos pontos. Foi sugerida uma mudança do centro de custo de comunicação. A sugestão foi de retirar a assessora de comunicação da folha de pessoal e contratar uma empresa para prestar serviço de comunicação. O conselheiro Lucas Rozzoline perguntou se o percentual de comunicação foi cumprido, o presidente disse que foi cumprido. A conselheira Denise Sá perguntou se foi feita uma cotação para o serviço de comunicação, o assessor de planejamento informou que usou o



painel de compras do governo federal para ter uma base para o orçamento. A conselheira Rebeca Gaspar perguntou se a plataforma de cotação é regionalizada ou nacional, o assessor informou que é nacional, mas é possível fazer filtros. A conselheira Jéssica perguntou se o valor de R\$34.000,00 de serviço de comunicação não entraria na despesa de pessoal, a contadora respondeu que não entra na folha e sim como serviço para baixar o percentual da folha de pagamento. Em seguida a contadora disse que fez outros ajustes para entrar dentro do limite da despesa de pessoal. A sugestão é que se contrate uma empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica e retirar o assessor jurídico atual da folha de pagamento de pessoal. A contadora lembrou a todos que o CAU/CE tem um advogado concursado cedido ao governo do estado do Ceará. Outro ajuste apresentado é o setor da ouvidoria. A contadora informou que a grande maioria da demanda da ouvidoria é de atendimento e não de ouvidoria. A ouvidoria passaria para o atendimento. O presidente falou que o princípio da ouvidoria é que ela seja independente e que tenha um ouvidor apenas para essa função. A conselheira Rebeca Gaspar complementou que a ouvidoria do CAU/CE é muito recente e que deveria esperar mais um triênio para ver como esse canal se comporta e aguardar mais um pouco. A conselheira disse ainda que é importante criar entre os arquitetos a cultura de utilizar o canal da ouvidoria e para que isso aconteça é preciso de um pouco mais de tempo. A contadora frisou que são apenas sugestões e que os conselheiros podem aprovar ou não. O conselheiro Lucas Rozzoline perguntou de onde mais sairia funcionário para atingir o teto de despesa de pessoal, a contadora respondeu que sairia também o analista comissionado. O presidente disse que não há analista comissionado, o que há é a coordenadora técnica que tem várias funções. Ela assessora as comissões da CEP e CEF, o atendimento e a análise. O presidente disse que não concorda que o CAU/CE não esteja atendendo o limite de cargos comissionados. A conselheira Rebeca deixou registrado que na mudança do organograma não ficou clara a questão dos cargos e pagamento. Tinha ficado claro a horizontalidade dos setores e não o impacto em termos financeiros. A sugestão da conselheira é que se for remodelado o organograma novamente ou manter o atual é necessário deixar claro o impacto financeiro no orçamento. O presidente afirmou que não há impacto financeiro, apenas que os cargos comissionados não significaram mudança financeiramente na folha. O impacto financeiro houve com o pagamento do piso salarial aos arquitetos funcionários e não com a mudança de organograma. A contadora deixou registrado que qualquer criação de cargo tem consequência financeira a longo prazo e que se deve fazer um estudo em cada criação de novos cargos, tudo deve ser de acordo com a lei de responsabilidade fiscal. O conselheiro Lucas Rozzoline perguntou se os 55% devem estar dentro da receita de arrecadação líquida, a contadora respondeu que a porcentagem está dentro da despesa corrente. Em seguida a contadora disse que no Plano de Ação serão cortados também dois estagiários, do jurídico e da comunicação, se a proposta for aprovada. As diárias e passagens também foram reduzidas, pois segundo informações do CAU/BR a maioria dos encontros será virtual. Em seguida em sua apresentação a contadora sugeriu locar apenas uma impressora para o CAU/CE. Também foi sugerido a compra de certificado digital para todos os conselheiros. A contadora também sugeriu no Plano de Ação a digitalização dos documentos do CAU/CE, pois assim diminuiria o consumo de papel, de impressão, de espaço e que isso já é uma recomendação do TCU. O valor apontado no orçamento é só para iniciar a digitalização e fazer o restante aos poucos. Com o certificado digital o consumo de papel será reduzido. A conselheira Rebeca Gaspar sugeriu colocar essa



discussão para a reprogramação orçamentária em julho do ano que vem. Em seguida a contadora apresentou os valores para Edital de Patrocínio. A contadora disse que o valor de patrocínio é de R\$15.000,00. O presidente disse que o valor está muito baixo para patrocínio e que esse ano ainda pretende divulgar um edital. O conselheiro Lucas Rozzoline disse que é muito mais importante investir em capital humano do que aumentar valor do patrocínio. Ele ainda falou que seria uma perda muito grande para a nova gestão demitir a coordenadora técnica e o assessor jurídico. A conselheira Rebeca Gaspar concordou com o conselheiro Lucas. O presidente também concorda em não demitir ninguém e aumentar o valor do patrocínio. A contadora informou que se manter a folha com despesa de pessoal o quadro ficará em 57%, dois por cento acima do limite. A conselheira Jéssica Chaves argumentou que no momento de transição é importante manter o pessoal e adiar outras ações do Plano de Ação menos necessárias e urgentes para manter a folha de pagamento. O presidente sugeriu diminuir o salário da gerente geral e diminuir também suas funções. A gerente geral sugeriu comissionar outros funcionários para exercer as funções retiradas da gerência e pagar uma comissão menor do valor retirado de seu salário. O assessor de planejamento informou que foi considerado um ajuste de 8% nos salários dos arquitetos. Há possibilidade de diminuir a porcentagem para adequar a folha. O conselheiro Lucas Rozzoline disse que tem que considerar as externalidades e diminuir valores de outros centros de custos para garantir os salários e manutenção de empregos. Em seguida o conselheiro Rodrigo Ponce argumentou que o percentual de 8% de ajuste salarial é alto e sugeriu que ficasse em torno de 4 a 5%. A conselheira Rebeca Gaspar disse que é importante considerar o contingenciamento do caixa, a reserva da conta de patrimônio. A contadora respondeu que essa possibilidade só pode ser vista no decorrer de 2021. Em seguida o assessor de planejamento sugeriu outra ação que pode ser feita em relação à arrecadação de receita, uma ação mais agressiva de cobrança para recuperar a inadimplência. Ele afirmou que outros CAUs tem uma recuperação de inadimplência mais alta que o CAU/CE pela política mais incisiva de cobrança de anuidade e dívida ativa. Logo após a contadora mostrou os valores do Projeto de Interiorização. Em seguida foi mostrado os custos com o carro do CAU. O presidente sugeriu colocar o carro do CAU para leilão e locar o carro para a fiscalização. A contadora disse que o CAU/CE está com o problema de pagamento de despesa de pessoal e que talvez esse serviço de locação de carro não seria o mais adequado no momento. O assessor de planejamento informou que o valor para a locação de veículo sairia da despesa corrente e que isso seria um grande problema, outra dificuldade seria a licitação para contratar o serviço de locação, pois a frota do CAU/CE é muito pequena para despertar o interesse de uma empresa para participar de uma licitação. Em seguida a contadora perguntou aos conselheiros quais os pontos que serão alterados no Plano de Ação e Orçamento para enviar ao CAU/BR. O presidente sugeriu que os conselheiros se reunissem em uma outra reunião administrativa para alteração do Plano. Os conselheiros Lucas e Denise se prontificaram para participar da reunião que será virtual. O presidente elencou os pontos: manter a folha com pessoal como está, sem demissões; redução salarial da gerente geral até o limite para manter o quadro de funcionários sem precisar demitir nenhum comissionado; retirar valores também de outras rubricas até ficar no valor de 55% da folha, aumentar o valor do patrocínio. O conselheiro Lucas informou que o aumento do valor do patrocínio será visto só na reprogramação. A sugestão do conselheiro Rodrigo é para corrigir o índice de ajuste de salário. A conselheira Jéssica Chaves disse que



concorda com os pontos do presidente e elogiou a apresentação da contadora. O presidente disse que as alterações serão feitas com a concordância do plenário. O conselheiro Lucas sugeriu que seja feito um relatório com as mudanças do Plano de Ação. A contadora lembrou que as justificativas do não atingimento dos limites do Plano devem ser redigidas e enviadas juntamente com o Plano. O Plano de Ação e Orçamento para 2021 foi aprovado com unanimidade com algumas alterações feitas na reunião plenária. A reunião administrativa será apenas para adequar as planilhas com as alterações aprovadas pelos conselheiros. **Reprogramação Orçamentária e Utilização do Superávit:** A contadora informou que o CAU/BR solicitou a atualização dos valores da reprogramação orçamentária extraordinária com uma data mais recente. De acordo com a Emanuely Damasceno, como o CAU/CE arrecadou mais que o previsto, o uso do valor do superávit diminuiu. A gerência geral informou que o valor da folha de pagamento aumentou por conta dos valores do retroativos e isso foi justificado ao CAU/BR, pois o CAU não pode deixar de pagar os funcionários. O gasto com pessoal ficou em 64% para a reprogramação de 2020. A gerente informou que só foi possível fazer a correção dos valores devido à utilização do uso do superávit. Foi apresentado a planilha com a atualização dos valores da reprogramação e aprovada por unanimidade pela plenária. **VIII. Encerramento:** a reunião plenária encerrou às 12h30min.

Fortaleza, 29 de outubro de 2020.

Napoleão Ferreira da Silva Neto  
Presidente do CAU/CE